

Conte o Sr. Fernando  
Gomes de Silva  
encuius

Fernando Gomes de Silva.

Técnico do Centro de Estudos de Economia Agrária  
Chefe do Gabinete de Planeamento do MAP - Ministério Barreto  
Presidente do IFADAP



A carreira é de tecnocrata de direitos com omissão sistemática dos problemas sociais da agricultura, acentuando sempre - óptica da eficiência da exploração agrícola o que conduz à adopção de uma estratégia bimodal de desenvolvimento da agricultura, isto é em aumento o desenvolvimento agrícola nas classes empresariais modernas com omissão da campesinato.

Não assumiu nunca posição em relação aos problemas sociais da agricultura, ficando mesmo aquém das posições de Castro Caldas.

O Relatório para o Plano a Médio Prazo ignora o Tratamento de questões fundiárias (R.A.), recusa a abordagem do socialismo rural e coloca-se no plano de uma política de transformação que em termos europeus é a interpretação de direitos - isto é sem referência aos pequenos camponeses - do Plano Marshall. A classe social objectivo deste plano é o campesinato moderno que na ausência de suas referências explícitas ao cooperativismo se confunde com alguns exemplos isolados de grande empresário capitalista.

O Relatório ao isolar a eficiência como objectivo fundamental, regista a actuação integrada no meio rural - desconhecendo o papel e a conformação das "basic needs" - e aparta-se do entusiasmo qual do Plano a Médio Prazo em que a recuperação económica passa claramente pela satisfação das "basic needs".

A extinção do IFADAP que é fundamentalmente de sua responsabilidade conduz o mesmo ângulo de visão:

✓ Criação de um mecanismo "neutro" que avalie e bonifique empréstimos e investimentos sem contacto com os agricultores, na base de planos de investimento que os pequenos agricultores não têm obviamente capacidade para apresentar.

3/ Concentração de poderes no mesmo de fundo, fundido ao conteúdo político do MAP e ao conteúdo monetário do Banco de Portugal.



Constituição de uma enorme máquina paralela de gestão e abutimento de créditos a montante do sistema bancário e sem relação directa ou indirecta com os pequenos e médios agricultores.

O vício que se considera mais grave - a marginalização ou descontinuidade dos pequenos agricultores - traduziu-se imediatamente no afluxo de projectos de nivelamento dos grandes agricultores que ameaçava esgotar as verbas disponíveis no IFADAP para nivelamento e obrigou F.G.S. a procurar um todo alternativo para este facto sendo obrigado para salvar a política a demitir o seu fiel e interessado executor - J. Goulão, do CAP, secretário de Estado no Ministério V. Português. Este facto é hoje brandido como uma prova de sua distanciamento em relação à CAP mas a política geral continua a ser exactamente a mesma, isto é favorecendo claramente o grande agricultor e a facilidade de acesso a técnicos. Aliás este incidente não prejudica no fundo as boas relações que mantêm com a CAP nomeadamente com Gonçalves Ferreira (da direcção do CAP e filho do ministro Rangelote).

A posição política geral de G.S. apenas pode ser analisada através da leitura das omissões, nomeadamente, no seu discurso recente sobre o IFADAP.

Nota-se ainda que sendo a maior parte da produção agrícola originada em pequenas e muito pequenas explorações compõem-se o próprio fundamento de existência de expressão passa ao lado dos agentes sociais e economicamente mais relevantes - pequenos e médios agricultores, mas não fala dos trabalhadores sem terra. Por outro lado o papel conferido na existência de desenvolvimento ao aumento do capital fixo - construções e equipamento é autónomo em relação a uma política de sustentação do emprego e conduz directamente ao desemprego sem contrapartidas ocupacionais evidentes.